



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTADO DO TOCANTINS	
PODER LEGISLATIVO	
PROTOCOLO GERAL	
DATA 30/05/23	às 17:40 min.
Ass. Cynara	

DIRLEG-AL

02
B

Cynara Amorim Guimarães
Aux. Legislativo
Mat. 291

MENSAGEM Nº 39.

Palmas, 25 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **AMÉLIO CAYRES DE ALMEIDA**
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
N E S T A

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº 1/2023, alterador da Lei Complementar Estadual nº 128, de 14 de abril de 2021, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

A propositura objetiva reestruturar, em menor escala, as unidades administrativas de direção, execução e assessoramento da referida Corporação Militar, com vistas à concretização de uma gestão interna mais eficiente e de um atendimento ágil relacionado às necessidades institucionais na solução de demandas conjuntas, otimizando a prestação de serviços à sociedade tocantinense.

À vista das considerações postas, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis, solicitando que a tramitação do Projeto de Lei Complementar se faça em regime de urgência, na conformidade do disposto no art. 28 da Constituição do Estado.

Atenciosamente,


WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

A Publicação e posteriormente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em 06/06/2023

1º Secretário



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
PROTOCOLO GERAL
DATA 30/05/23 às 17:10 min.
Ass. Cynara

Cynara Amorim Guimarães
Aux. Legislativo
Mat. 291

DIRLEG-AL
Fls. 03
8

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, de 25 de maio de 2023.

Altera a Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS:

Faço saber que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“

Art. 10.

Parágrafo único. O Comandante-Geral contará com um Assessor-Especial, dentre Tenente-coronel ou Coronel do QOPM, possuidor do Curso Superior de Polícia – CSP ou equivalente, que lhe assistirá diretamente acerca de assuntos estratégicos e políticas públicas de segurança.

.....

Art. 13.

Parágrafo único. Compete ao Subchefe do Estado Maior – SCHEM substituir o Chefe do Estado Maior, nos afastamentos eventuais e impedimentos legais, e coordenar as Seções do Estado Maior Geral – EMG, bem como o Estado Maior Especial – EME.

.....

Art. 15. O Estado Maior-Geral é responsável perante o Comandante-Geral por ações de planejamento, estudo, orientação, coordenação, fiscalização e controle das atividades da PMTO, cabendo-lhe a formulação de diretrizes, ordens e normas gerais de ação do Comandante-Geral no acionamento das unidades administrativas de apoio, de execução e especiais, no cumprimento de suas missões, sendo composto pelas seguintes seções:

I – 1ª Seção (PM/1): responsável pelo planejamento e encarregada dos assuntos relativos à legislação e concurso público, bem como por secretariar a Comissão de Promoção de Oficiais – CPO, a Comissão de



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Promoção de Praças – CPP e a Comissão Permanente de Medalhas - CPM;

II – 2ª Seção (PM/2): denominada Agência Central de Inteligência – ACI, responsável pelo planejamento e encarregada dos assuntos relativos a atividades de inteligência, contrainteligência, controle de armamento e munição dos integrantes da PMTO, guarda e manutenção de documentos e arquivos sigilosos e por confeccionar o boletim-geral reservado da Corporação;

III – 3ª Seção (PM/3): responsável pelo planejamento e encarregada dos assuntos relativos à articulação operacional, à administração e ao controle das operações policiais militares e pelos estudos, doutrina e pesquisas relativas à preservação da ordem pública, ao policiamento ostensivo, à padronização de procedimentos operacionais da Instituição e plano de articulação da Corporação;

IV – 4ª Seção (PM/4): responsável pelo planejamento das matérias relativas à logística e à infraestrutura da Corporação;

V – 5ª Seção (PM/5): denominada Assessoria de Comunicação – ASCOM, responsável pelo planejamento e execução das matérias relativas a atividades de comunicação social, publicidade, relacionamento com a mídia, cerimonial, eventos e marketing institucional;

VI – 6ª Seção (PM/6): responsável pelo planejamento das matérias relativas a convênios, ao orçamento e às finanças da Corporação;

VII – 7ª Seção (PM/7): denominada Assessoria Técnica de Informática e Telecomunicações – ATIT, responsável pelo planejamento e execução das matérias relativas a informática, telecomunicações e tecnologia da informação.

Art. 16.....

II – Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa – DEIP: responsável pelo planejamento, coordenação, fiscalização, acompanhamento e controle das matérias relativas ao ensino, instrução e pesquisa desenvolvidos na Corporação, bem como da Academia Policial Militar Tiradentes – APMT;

VI – Diretoria Escolar e de Programas Sociais na PMTO – DEPS: responsável pela gestão, coordenação, fiscalização, acompanhamento e controle das matérias relacionadas aos Colégios Militares do Estado do Tocantins - CMTO, ao Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, às políticas de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos – CPCDH, Coordenação Estadual da Patrulha Maria da Penha – CPMP, da



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

gestão dos Programas Sociais da PMTO, bem como pela gestão da parceria da PMTO com a Secretaria da Educação, para tratar do planejamento e gestão conjunta dos Colégios Militares.

Art. 17. Os Comandos de Policiamento da PMTO, unidades de direção, exclusivo de Coronel da ativa do quadro QOPM, responsáveis pelo comando, planejamento, supervisão, coordenação e controle do emprego das Unidades de Execução Operacional e Especializado, são:

I –

II – Comando de Policiamento Especializado – CPE;

III – Comandos Regionais de Policiamento – CRP:

a) Comando Regional de Policiamento – 1ª Região – CRP-1;

b) Comando Regional de Policiamento – 2ª Região – CRP-2;

c) Comando Regional de Policiamento – 3ª Região – CRP-3.

Art. 19. O Gabinete do Comandante-Geral será chefiado por um Coronel da ativa do Quadro QOPM, indicado pelo Comandante-Geral, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, competindo-lhe:

Art. 23. As unidades administrativas especificadas nos incisos V ao XII do art. 18 desta Lei Complementar são responsáveis pela representação da PMTO nos assuntos pertinentes à sua atribuição, conforme Regimento Interno aprovado pelo Comandante-Geral.

§1º A Ajudância-Geral – AG/Quartel do Comando-Geral – QCG será chefiada por um Coronel da ativa do Quadro QOPM.

§2º As Assessorias que constam do *caput* deste artigo serão chefiadas por Coronéis ou Tenentes-coronéis do quadro QOPM, indicados pelo Comandante-Geral.

Art. 27.....

Parágrafo único. Os Colégios Militares do Estado do Tocantins – CMTO, subordinados à Diretoria Escolar e de Programas Sociais na PMTO – DEPS, podem ser criados a partir de convênios ou parcerias com o



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Ministério da Educação, Secretaria da Educação do Estado e dos Municípios.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021:

I – os §§1º e 2º do art. 15;

II – o parágrafo único do art. 23.

Palácio Araguaia, em Palmas, em 25 de maio de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado